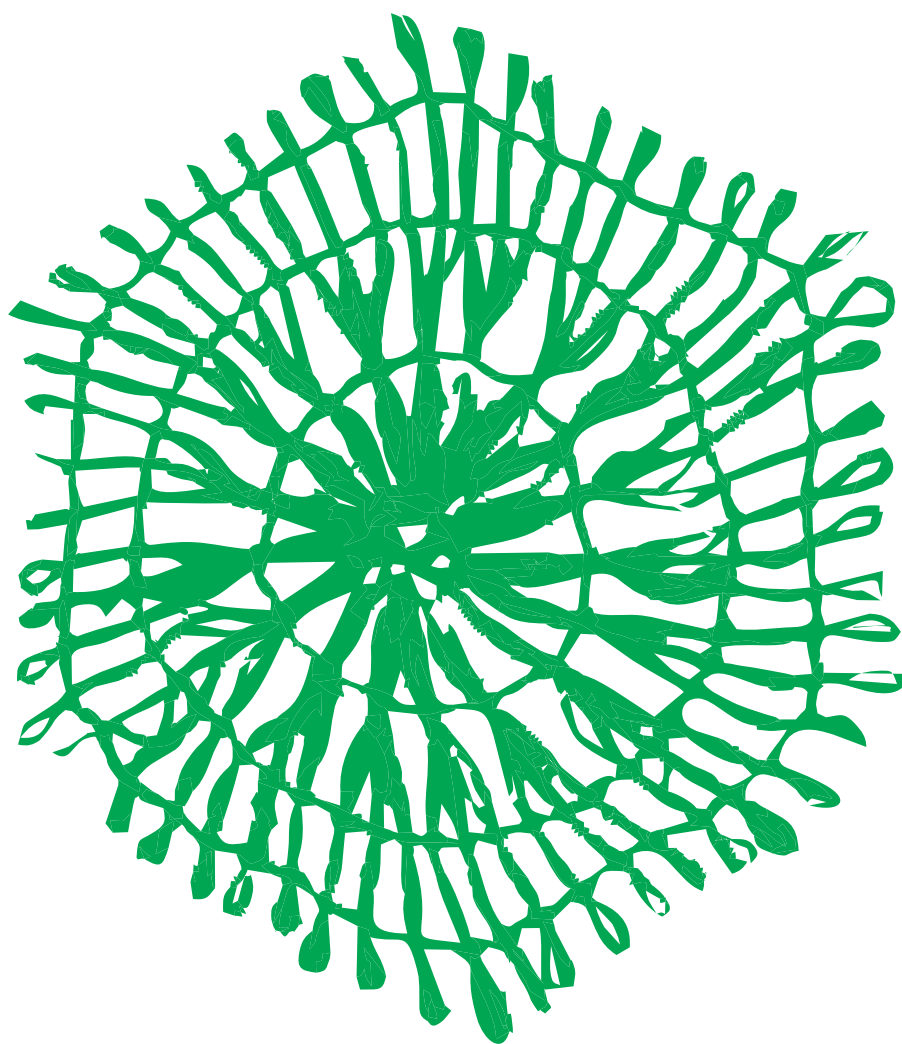


# ENTREVISTA

---



## “EU EVITO MUITO CRIAR COISAS QUE SEJAM MITOS, NAS CABEÇAS DOS OUTROS E NA MINHA PRÓPRIA”

ENTREVISTA COM JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA\*

JORGE EREMITES DE OLIVEIRA\*\*  
MARIO TEIXEIRA DE SÁ JUNIOR\*\*\*

No final da tarde do dia 8 de dezembro de 2011, após prévio agendamento, realizamos uma entrevista com o antropólogo João Pacheco de Oliveira em seu gabinete de trabalho, no Museu Nacional, órgão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 1988 ele ali atua como professor e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, o mais antigo do país, criado em 1968. Também atuou como professor visitante em várias instituições sediadas no Brasil e em alguns outros países, como Argentina, Itália e França.

Longe de querermos aqui apresentar uma biografia exaustiva sobre o antropólogo, cumpre registrar que no Museu Nacional João Pacheco de Oliveira foi chefe do Departamento de Antropologia (1988-1990), coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (1990-1992) e chegou ao cargo de professor titular em 1997. A partir dali tem coordenado vários estudos sobre povos indígenas no Brasil e é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. No momento também responde pela curadoria das coleções etnológicas do Museu Nacional, onde tem desenvolvido estudos sobre museus, expedições científicas, patrimônio cultural e memória indígena, dentre outros temas.

Em seu currículo consta ainda a orientação de dezenas de dissertações de mestrado e teses de doutorado, bem como a supervisão de vários estágios de pós-doutoramento, a maioria tratando de povos indígenas na Amazônia e no Nordeste do Brasil. Foi presidente da ABA - Associação Brasileira de Antropologia (gestão 1994-1996) e nela por várias vezes tem coordenado a CAI - Comissão de Assuntos Indígenas.

Suas experiências como etnógrafo dos Ticuna do Alto Solimões, na Amazônia, extrapolam a conclusão de uma dissertação de mestrado e de uma tese de doutorado em Antropologia Social, respectivamente defendidas na Universidade de Brasília (1977) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986). Exemplo disso é o fato de ter sido um dos fundadores do Museu Magüta, localizado em Benjamim Constant, Amazonas, com passagens pela sua direção nas décadas de 1980 e meados da de 1990, o qual no momento está sob a administração direta do Conselho Geral da Tribo Ticuna.

A entrevista ora divulgada faz parte do dossiê “Terras Indígenas”, cuja publicação inaugura o número 1 da revista eletrônica Nanduty, periódico oficial do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados, criado em fins de 2010. Ao planejarmos previamente a entrevista, tomamos o cuidado de fazê-la o menos formal possível, mais próxima das interlocuções abertas e descontraídas que por vezes realizamos em nossos trabalhos de campo. A ideia foi tratar da história de vida de um dos maiores antropólogos brasileiros da atualidade, ao mesmo tempo em que questões relativas a sua trajetória acadêmica e à atual realidade dos povos indígenas e da Antropologia no Brasil pudessem ter certo destaque. Por isso na entrevista aqui apresentada constam apenas as perguntas feitas por um de nós, embora seu planejamento tenha sido resultado de um trabalho a quatro mãos. Trata-se, em última instância, de um documento sobre o indigenismo, o trabalho do antropólogo e a própria história da Antropologia Brasileira sob o olhar de um dos seus protagonistas.

\* Transcrição de Jorge Eremites de Oliveira e Rafael Allen Gonçalves Barboza.

\*\* Universidade Federal de Pelotas/CNPq.

\*\*\* Universidade Federal da Grande Dourados.

Feita a gravação da entrevista, providenciamos sua transcrição o mais próxima possível das falas registradas no gravador digital. Além disso, ao longo do texto incluímos notas explicativas que auxiliam o leitor não iniciado no assunto a melhor conhecer certas questões e a se interar de referências bibliográficas e autores citados pelo entrevistado.

Esperamos, enfim, que este trabalho seja um marco na trajetória de um novo periódico brasileiro dedicado à Antropologia e seus campos afins.

Boa leitura!

JORGE EREMITES DE OLIVEIRA (JEO) – A gente queria começar esta entrevista, João, se você pudesse explicar primeiro por quais caminhos decidiu ser antropólogo?

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA (JPO) – Bom, eu acho que um pouco pelo contexto. Às vezes as decisões são muito conjunturais. Eu estudei Ciências Sociais e estava me formando no período militar, no período de repressão muito forte. Então eu acho que havia uma série de motivações para fazer estudos sociais. Mas, em certo momento, me pareceu que um dos estudos que seria possível fazer seria o estudo talvez daquilo que não estava sendo mais diretamente observado pelo Estado e pelo poder. Quer dizer, trabalhar um pouco nas margens, produzir conhecimento sobre o que é considerado irrelevante, sem significação. Então foi isso. Eu acho que não via muita condição, ou não via muita utilidade, se eu fosse me dedicar a outros estudos de assuntos que eram altamente políticos na sua natureza. Então eu acho que isso me levou a trabalhar em situações bem recuadas no Brasil. Ir para Amazônia, trabalhar com índios, uma temática que aparentemente não seria política, mas que permitiria assim um grau de compreensão, um grau de continuidade em relação aos estudos. Eu acho que talvez até eu vendo isso hoje me surpreenda um pouco. Eu já disse isso até em meu memorial de professor, num concurso para professor titular, que depois foi publicado no livro *Ensaio em Antropologia Histórica*<sup>1</sup>. Num memorial

1 PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1999. Uma trajetória em antropologia (depoimento). In: PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, pp.211-263.

muito longo, eu faço. Eu recupero um pouco esse contexto político etc. Agora, é claro que indo mais direto eu até me surpreenda um pouco com essa constatação. Mas é, eu não imagino que seria. Talvez eu não praticasse um romance tão grande ao dizer que já ao nascer eu pretendia estudar índios ou que eu sentia um fascínio nato pela Amazônia, ou qualquer coisa do tipo. Não seria verdade. Eu acho que isso foi sendo construído. Eu acho que o fascínio pelas culturas indígenas foi sendo construído através da bibliografia antropológica e conhecer essas sociedades, através da pluralidade de soluções que elas tinham, e depois a vivência nas aldeias, contato direto com as pessoas, com bibliografias, com as vidas, com as lutas. E eu acho que foi uma trajetória bem diferente. Foi de certo modo interessado na temática social e não no sentido de produzir mudança social. Uma temática sociológica. Interessava os problemas sociológicos. Eu achava que era importante compreender a sociedade, também pensando em transformar, evidente. Mas eu acho que era importante compreender. E eu acho que dentro do contexto universitário isso tem sido comentado por vários professores daqui. A Antropologia nos anos 70 era uma espécie de “ilha de segurança” para você fazer os estudos na concepção dos militares. Eles perseguiram os sociólogos, cientistas políticos, mantinham sob suspensão historiadores e eles achavam que os antropólogos faziam outros trabalhos. Então, curiosamente, eu me lembro como num dos períodos que voltei a campo, tive que passar por um coronel da FUNAI. Um coronel de triste memória chamado Zanoni [...]². Mas é, enfim, e ele em certo momento perguntou: “O que eu vou fazer em campo?” Eu falei: “Vou fazer pesquisa antropológica”. Ele disse: “Sim, o que exatamente?” Aí eu comecei a explicar, mas acho que expliquei alguma coisa um pouco abstrata demais que

2 Ivan Zanoni Hausen, coronel da Aeronáutica e especialista em Estratégia, já falecido, participou da direção da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) durante a presidência do também coronel João Carlos Nobre da Veiga, cuja gestão foi no período de novembro de 1979 a outubro de 1981. À época ele foi diretor do então DGPC – Departamento Geral de Planejamento Comunitário do órgão indigenista (cf. <http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/galeria-dos-presidentes-da-funai> [acesso em 24/01/2012]).

ele não entendeu. Ele disse: “Sim, vai estudar os potes, os artesanatos, essas coisas que eles vão fazer, né?” Fiquei meio surpreso, mas antes que eu dissesse alguma coisa, ele arrematou: “Não, nada de você trabalhar com terra e nem com a ação da FUNAI dentro da área. Isso não faz parte do seu objeto!”. Quer dizer, exatamente o meu projeto de pesquisa era esse. É claro que era esse porque aqui dentro a gente trabalhava com essas questões, dentro do Museu. Então não houve muita... Acho que a idéia socialmente vigia em relação à Antropologia ajudava exatamente a que se pudesse fazer estudos sem que esses estudos estivessem tão ameaçados assim, como considerada coisas tão perigosas. Isso não quer dizer que a gente não fizesse estudos fora de uma redoma de cristal, ao contrário. A gente sempre. Na prática, os estudos eram muito difíceis. Uma parte da minha pesquisa com os Ticuna, que durou muito tempo, foi realizada sem permissão da FUNAI. É, uma parte do período foi feito durante o período Calha Norte<sup>3</sup>, lá dentro, e era proibida a presença dos militares lá dentro. Eu nunca pedi autorização a não ser uma autorização. Essa vez que estive com esse coronel, foi um pedido formal via CNPq, Ministério da Ciência e Tecnologia, porque a FUNAI não dava resposta aos nossos pedidos. Então, foi a única vez que eu pedi autorização. Depois disso, sempre pedi autorização e acatei o que o “capitão” da aldeia me dizia. Ele era autoridade e eu tinha que respeitar a autoridade dele, e agir de acordo com aquela autoridade. Mas eu nunca voltei a pedir autorização à FUNAI. Sempre trabalhei com a autorização dos índios. E isso levava a situações complexas. Eu me lembro durante o período Calha Norte. [...] Estava com a minha mulher lá dentro, criança, meu filho Tomas<sup>4</sup>. Estávamos lá os

3 O Projeto Calha Norte se refere a um programa de defesa da região Norte do país, inicialmente dirigido à faixa de fronteira, contando com quatorze bases militares e concebido a partir de 1985, na época do governo José Sarney (1985-1990) (cf. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto\\_Calha\\_Norte](http://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto_Calha_Norte) [acesso em 24/01/2012]). Desde 1999 o programa está subordinado ao Ministério da Defesa e sobre o assunto há uma publicação oficial, intitulada *Calha Norte 25 anos: a Amazônia desenvolvida e segura*, disponível na Internet (cf. <https://www.defesa.gov.br/index.php/publicacoes/calha-norte-25-anos-a-amazonia-desenvolvida-e-segura.html> [acesso em 24/01/2012]).

4 À época da entrevista, Tomas Paoliello Pacheco de

três fazendo pesquisa e um dos professores indígenas chegou e veio me abraçar de manhã, e estava muito triste. E ele disse que tinha sonhado que nós tínhamos sido presos, levados presos por uma comissão do Exército, que tinha entrado lá e tinha prendido etc. É engraçado. A preocupação dele com a coisa. Claro que nós tínhamos a mesma preocupação. Sabia que corria o risco real de ser qualificado como elemento perigoso, um insuflador dentro da área. Eu estive presente no momento em 88, quando houve um massacre dos índios Ticuna<sup>5</sup>. Eu tive lá. Eu tive, estava em Benjamin Constant. Não fui à área exatamente por saber dos riscos envolvidos, como depois fui ameaçado por coronéis, que se diziam do Conselho da Segurança Nacional, que foram lá investigar o assunto. Enfim, são situações extremamente complexas, que a gente vive junto com índios, mas que, enfim, é delicado. Mas eu acho que se a gente não preservar um pouco da continuidade do nosso trabalho, pelo menos do ponto de vista do objeto do conhecimento, nós estamos perdendo um lado aí nosso, profissional, e acabamos sendo objeto das pressões políticas. Eu nunca fiz isso. Eu sempre mantive em qualquer situação que seja. Eu posso atuar politicamente, mas eu tenho um compromisso de produzir teorias, produzir Antropologia, de fazer etnografia. Eu sempre me ocupo das duas coisas e sempre produzo das duas coisas. Então, eu acho que o Museu, voltando à coisa e fechando, terminando

---

Oliveira era graduado, mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizava estudos no campo da Geografia Humana, precisamente sobre identidades étnicas e territorialidades na região Nordeste, e modernização dos sertões e suas relações com a história da Geografia.

5 Segundo consta no sítio eletrônico do Instituto Socioambiental, o massacre dos Ticuna, também conhecido como massacre da Boca do Capacete, local onde ocorreu, foi feito por madeireiros em 28 de março de 1988, durante uma reunião dos Ticuna das comunidades de Bom Pastor, São Leopoldo, Porto Espiritual e Novo Porto Lima, em Benjamin Constant, estado do Amazonas. Foram assassinados quatro indígenas, dezenove sofreram lesões corporais e nove desapareceram. Em 2001, treze dos quatorze acusados foram condenados por crime de genocídio, com penas que variavam de 15 a 25 anos de prisão, com direito a recorrer da sentença. O massacre teria sido ordenado pelo madeireiro Oscar Castelo Branco, que à época da entrevista se encontrava em prisão domiciliar (cf. <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=2977> [acesso em 24/01/2012]).

essa questão, eu acho que o Museu era um ambiente bastante propício para isso. Era um ambiente um pouco de estudos sérios, de estudos condensados, dirigidos. Então foi uma coisa muito propícia. Acho que o Museu neste sentido. Brasília também com Roberto Cardoso de Oliveira era o mesmo circuito. Na verdade, eram lugares diferentes, mas havia uma conexão de pessoas.

JEO – Quais foram suas principais influências em termos intelectuais desde a graduação? O que você leu, enfim, o que lhe influenciou? Autores?

JPO – Jorge, a minha influência foi muito variada. Eu, em certo momento, quis estudar também Filosofia. Eu fiz várias incursões em vários lugares. Então eu acho que influências assim, para chegar à Sociologia, poderia ser Marx, sem dúvida, Weber, Nietzsche – que pra mim foi uma leitura muito importante. Antes de ter lido Durkheim, eu era um leitor muito interessado em Nietzsche. Então, eu acho que talvez foram essas, assim, as leituras mais fortes para levar para Antropologia. Depois, dentro da Antropologia, no curso de Sociologia, influência grande foi aqui do professor Luiz Costa Lima<sup>6</sup>, que era de pensamento muito ligado ao estruturalismo. Profundo conhecedor de Lévi-Strauss. Então, na época, eu li muita coisa com ele. Fui monitor da cadeira dele lá na PUC do Rio de Janeiro, onde eu estudei. E, de certo modo, quando eu vim para cá, para o Museu, eu já conhecia quase toda a obra de Lévi-Strauss, pelo menos até aquele momento a que eu já tinha discutido. Porque o Costa Lima, ele escrevia, ele produzia isso. Ele deu cursos na PUC só sobre o Mitologie. Então, ele era um leitor, ele utilizava a categoria do método estrutural para a análise literária. Então era uma discussão profunda, envolvendo semiólogos etc. Eu acho que se isso me aproximou de certa maneira da Antropologia, pela bibliografia. Mas ao mesmo tempo à medida que eu começava a estudar teoria antropológica, essa teoria me fascinava muito mais do que o estruturalismo. Descobri que eu gostava

6 Ver relação de obras do autor em <http://pt.shvoong.com/books/biography/1659987-luiz-costa-lima-vida-obra/> (acesso em 24/01/2012).

mais da Antropologia do que do próprio Lévi-Strauss, porque ela me parecia mais interessante. Então, quando durante os cursos que eu fiz: Evans-Pritchard, Malinowski, Gluckman, Forde etc. Foram, sobretudo, os ingleses. Foram leituras fundamentais para mim, muito interessantes. Leach... Foram leituras que fizeram a minha cabeça, me mobilizaram profissionalmente a ir a investigar. Então, eu acho que sempre essa etnografia foi muito interessante. Depois, em certa medida, quando dentro dessa tradição, eu acabei definindo meu projeto de pesquisa na área de sociedades indígenas. Aí comecei a fazer uma virada no sentido das leituras, das monografias sobre o Brasil. E aí eu acho que a figura do Curt Nimuendaju, uma figura muito importante de ler e seguir e acompanhar a trajetória dele<sup>7</sup>. David Maybury-Lewis... Eu acho que é uma grande influência. Roberto Cardoso<sup>8</sup>, claro, foi meu professor, foi meu orientador na pesquisa sobre Ticuna e quem, de certa forma, insistiu para que eu trabalhasse com os Ticuna. Embora ele não tivesse continuado a ter pesquisa com os Ticuna, mas os contatos dele com a FUNAI propiciaram que eu fosse até a área, e fizesse o trabalho mais fácil. Enfim, foram esses os contatos, assim. Mas talvez numa direção, chegando aqui no Museu Nacional, sobretudo, a referência maior seria o professor Otávio Velho, com os trabalhos dele sobre fronteira. Campesinato: Moacir Palmeira, Lygia<sup>9</sup> também. Mas, enfim.

7 O teuto-brasileiro Curt Unkel Nimuendaju (1883-1945) foi um dos maiores etnógrafos que trabalharam no Brasil. Dentre as suas publicações consta o livro *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani*, escrito originalmente em 1914, sob título *Die Sagen von der Erschaffung und Vernichtung der Welt als Grundlagen der Religion der Apapocúva-Guaraní*, resultado de pesquisas realizadas a partir de 1906 (cf. <http://biblio.etnolinguistica.org/autor:curt-nimuendaju> [acesso em 24/01/2012]). Sobre o assunto, ver ainda: PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1999. Fazendo etnologia com os caboclos do Quirino: Curt Nimuendaju e a história Ticuna. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, pp.60-96.

8 Sobre a vida e a obra de Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006), acessar o [link](http://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Cardoso_de_Oliveira) [http://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto\\_Cardoso\\_de\\_Oliveira](http://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Cardoso_de_Oliveira) e ver, dentre outras publicações, o seguinte livro: AMORIM, Maria Stella. 2001. *Roberto Cardoso de Oliveira: um artífice da antropologia*. Brasília, Paralelo 15 Editores.

9 Lygia Sigaud (1945-2009) foi da primeira turma de

Lygia foi minha professora na PUC. Então eu conto isso, sempre. Eu a conheci antes de conhecer os antropólogos. Li, sobretudo, uma influência grande aqui no Museu, também de certa forma o decano, o Luiz de Castro Faria<sup>10</sup>, que era o professor mais antigo da casa. Foi tudo: foi arqueólogo, foi antropólogo físico. Ele fazia de todas. Tocava todos os instrumentos dentro desse Museu. Foi uma influência muito grande a discussão com ele sobre pensamento social brasileiro. Infelizmente não tem continuidade muito essa linha de pesquisa aqui no Museu. Ele não deixou muitos continuadores dessa linha.

JEO – E como que foi o seu encontro com os Ticuna e a influência deles na sua formação de antropólogo?

JPO – Ah, eu acho que eu fui rebatizado no campo, quer dizer, eu defini um projeto de pesquisa sobre os Ticuna a partir da bibliografia, sobretudo de trabalhos na época muito formados pelo chamado totemismo, pelo sistema de classificação. Meu projeto de pesquisa era sobre isso. Envolvia um pouco o parentesco também. É, mas, enfim, a ida ao campo foi outra coisa. Os Ticuna queriam falar de política, de terra, de conquista de terras. Eles queriam falar sobre religião também, mas não a religião do Yo'i e do Ipi, mas queriam falar, no momento, da Santa Cruz, que era um movimento messiânico que estava muito forte. Então, eu tive que

mestrando do PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, criado em 1968 (cf. <http://www.ppgasmuseu.etc.br/museu/pages/homenagem-lygiasigaud.html> [acesso em 24/01/2012]). Sobre sua obra, ver ainda o seguinte artigo: LOPES, José Sérgio Leite. 2009. Lygia Sigaud (1945-2009). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(71): 5-8. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092009000300001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092009000300001&script=sci_arttext) (acesso em 24/01/2012).

10 Luiz de Castro Faria (1913-2004) foi um antropólogo de formação holística que chegou a presidir a Associação Brasileira de Antropologia nos períodos de 1955-1957 e 1978-1980 (cf. <http://castrofarria.mast.br/trajetoria.htm> [acesso em 24/01/2012]). Ele participou, na condição de brasileiro e representante do Museu Nacional, da missão científica Vellard/Lévi-Strauss, em atendimento às exigências do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, criado desde 1933. Sobre o assunto, ver, dentre outras publicações, o seguinte artigo: PEIXOTO, Fernanda. 1998. Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo. *Mana*, Rio de Janeiro, 4(1): 79-107.

ouvir o que eles queriam me contar. Eu não podia invadir outras áreas. Então, foi essa a minha relação. Eu acho que o meu projeto de pesquisa foi redesenhado no campo, quer dizer, eu comecei a estudar Antropologia Política voltando do campo! Eu tinha ido com uma bibliografia de outra natureza. E aí eu disse: “Não, eu vou refazer o meu objeto de estudos porque eles querem falar sobre isso”. E a minha dissertação do mestrado teve como tema mais ou menos a questão do faccionalismo, dos conflitos internos à aldeia e coisa<sup>11</sup>. Era isso o que aparecia porque era esse o grande desafio. Quem visitava as aldeias diziam que elas eram como se fossem favelas, sem qualquer ordem. Os índios brigando entre si, enfim. E eu acho que trabalhar um pouco com essa ideia das unidades políticas, das facções, dos grupos familiares, a influência das religiões etc., foi um instrumento fundamental, muito difícil. Mas foi a pesquisa do mestrado, enfim, foi o que me moveu. Nessa altura o meu orientador do mestrado foi o Roberto Cardoso. Eu fiz o mestrado em Brasília. Depois no doutorado já foi a uma outra direção<sup>12</sup>. Quando eu voltei à área, o movimento messiânico estava mais fraco e eu pude me mexer mais também em outras direções. Então, as experiências foram um pouco diferentes. Pude encontrar mais a história dos grupos, a mitologia, ouvir muitos mitos, participar de alguns rituais. Enfim, foi uma outra condição que eu encontrei dentro deste retorno. Mas também – eu acho que entre uma coisa e outra estou falando do acadêmico. Mas também teve uma ação política porque mesmo enquanto investigador do mestrado, eu também, quer dizer, na realidade o convite feito ao Roberto Cardoso não era só para fazer uma equipe de estudantes que fizesse um levantamento sobre os Ticuna. Era para que agendasse um programa de desenvolvimento lá dentro.

11 PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1977. *As facções e a ordem política em uma Reserva Tikuna*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília, PPGAS/UnB. Orientador: Roberto Cardoso de Oliveira.

12 PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1986. “O Nosso Governo”. Os Ticuna e o Regime Tutelar. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ. Orientação de Otávio Guilherme Alves Velho. Este trabalho foi publicado sob forma de livro: PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1989. *O Nosso Governo: Os Ticuna e O Regime Tutelar*. São Paulo, Marco Zero/CNPq.

Na época eram aquelas grandes coisas da Perimetral Norte<sup>13</sup>, aquelas estradas que seriam construídas em todo o Brasil. E a FUNAI achava que iria capturar recursos, talvez até internacionais, para criar uma estrutura na área. Então foram grandes projetos que foram feitos. Quer dizer, feitos nem tanto, mas foram elaborados por professores, sobretudo da Universidade de Brasília: David Price, lá com Nambiquara; o meu, com Ticuna; e o do Peter Silverwood, no Rio Negro; e o com Yanomami, com Kennedy Taylor, que é marido da Oscila, escocês que era professor da UnB. Eram esses. Todos doutores, estrangeiros, bem mais velhos e, eu, jovem brasileiro sem doutorado, ainda, mas brigando dentro de uma situação complexa lá que a gente teve. Mas, enfim, conseguimos fazer um pouco da coisa. A FUNAI imaginou programas rocambolescos, sempre para capturar verbas, durante planos gigantescos, por cinco anos. Foi um sacrifício enorme, para nós, todos, mas eu acho que acabou tendo alguns resultados, porque saiu um projetinho emergencial, que nós aplicamos na área. Eu descrevo isso num texto também, chamado “Projeto Piloto Vendaval”<sup>14</sup>. E aí eu boto como foi a implantação do posto indígena na área e que foi a nossa experiência, quer dizer, dentro da implantação do posto indígena no meio da área Ticuna, no que era o seringal mais forte. De certa forma a gente acha que, enfim, libertou os Ticuna da relação patronal que eles tinham. Tinha um excelente chefe de posto. Foi conosco, era um colaborador etc. Um jovem técnico indigenista, Wellington Figueiredo<sup>15</sup>. Depois

13 A Perimetral Norte, isto é, a rodovia federal BR-210, foi concebida durante o apogeu econômico do regime militar (1964-1985) e fez parte do Plano de Integração Nacional. A ideia era cortar toda a região amazônica, desde o Amapá até a fronteira com a Colômbia, no estado do Amazonas, o que causou uma série de impactos negativos a diversas comunidades indígenas estabelecidas em sua área de influência direta e indireta (cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/BR-210> [acesso em 24/01/2012]).

14 PACHECO DE OLIVEIRA, João & ROCHA FREIRE, Carlos Augusto da. 2006. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília, MEC/UNESCO/LACED-Museu Nacional. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154566por.pdf> (acesso em 24/01/2012).

15 O sertanista/indigenista Wellington Figueiredo, atualmente aposentado pelo Ministério da Justiça/FUNAI, chegou a dirigir o Departamento de Índios Isolados do órgão

ele foi trabalhar nas frentes de atração, se tornou o segundo homem das frentes de atração, colaborador do Sidney Ponsuelo, uma figura notável. Mas eu acho que foi uma ação extremamente importante porque o posto indígena é colocado a cem metros da casa do barracão do patrão. Era um com a bandeira nacional, era uma manifestação de que aquilo ali fazia parte do Brasil, não era uma propriedade privada. Então, eu acho que foi um período muito... Foram resultados importantes nessa coisa. Claro que eu não participei de todos os momentos. Eu acho que... Eu evito muito criar coisas que sejam mitos, nas cabeças dos outros e na minha própria. Então, muitas horas eu acho que estava distante, mas eu acho que o trabalho foi fundamental, e o projeto todo fomos nós que assinamos, nós que criamos e viabilizamos para que existisse. Não existiria sem o Wellington, sem dúvida. Também não existiria sem os líderes indígenas, que foram buscar o apoio da gente em outros lugares para pedir a ação lá dentro. Na verdade, a gente pensou nesse projeto não só como um ato assim, mas como alguma coisa que também respondia a demanda deles. Eles queriam isso. Nessa época eles queriam. Depois eles passaram à reivindicação, na década a seguir. Na década de 70, a reivindicação eram postos indígenas. Eles queriam afastar os padrões e ter área de liberdade. Nos anos 80 mudou. Eles queriam ter áreas indígenas definidas, as terras indígenas. Então, houve uma mudança radical e aí para isso precisavam organizações indígenas para mobilização. E eu acho que nós também tivemos um outro perfil de intervenção, aí através de uma ONG. Isso criada em 85, chamada Magüita, que é a autodenominação deles: Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões<sup>16</sup>. Era uma ONG que nós criamos. Como a que nós estudantes... Eu, professor, era o único, e alguns estudantes, nós que trabalhávamos lá, criamos essa ONG e fomos criando uma espécie de apoio possível aos indígenas dentro da região. Na época, quando começamos, não tinha nem CIMI atuando lá dentro. Depois teve, teve

indigenista oficial.

16 Maiores informações sobre o Museu Magüita constam em <http://www.museumaguta.com.br/> (acesso em 24/01/2012).

uma atuação importante. Então, a ONG foi fundamental. Essa ONG evoluiu. Hoje é o Museu Magüita.

JEO – Primeiro museu indígena?

JPO – Museu indígena, exatamente. Mas tem, ele tem uma história bem diferente. As pessoas ficam às vezes falando: “É, primeiro museu indígena etc.” Não é a questão de ser indígena. Ele é o museu do povo indígena! Ele é o museu de afirmação da cultura Ticuna, dos direitos Ticuna à terra, à língua, à assistência diferenciada. Então ele tem um papel político primordial. Não é um museu estético, de fazer pelos artistas indígenas, pelos museólogos indígenas. Isso foi uma coisa. Foi uma ficção criada em certo momento por uma assessora que, vamos dizer, “aparelizou” um indígena lá dentro para virar um museólogo indígena. E o cara não tinha nenhuma... Na verdade não era liderança política, não estava sintonizado com isso e era vendido nos contextos como o indígena que é o museólogo e que está organizando o museu. Até o momento que os “capitães” se reuniram e botaram essa turma para fora. O museu era deles. O museu não era de artistas, nem de assessores. O museu era do movimento político que tinha como aquela finalidade. Então foi um processo bastante complexo. Agora, isso foi em momentos muitos diferentes a essa minha trajetória de atuação política. Quer dizer, em certo momento coordenando esse projeto da FUNAI, fornecendo planos para a atuação da FUNAI. E até esses planos, quer dizer, muitos não foram executados no momento que a FUNAI tinha vínculo comigo, depois já não tinha nenhum vínculo, ao contrário. Eu e outros antropólogos estávamos na lista negra dos coronéis da FUNAI. Éramos considerados os inimigos da política indigenista, que falam mal etc. e tal. Havia uma lista negra. Depois é que eu pude encontrar essa lista negra fazendo estudos sobre a FUNAI no período de 84 a 85, período da transição, da entrada de Tancredo Neves.

JEO – E você teve uma participação na época, ao lado de lideranças indígenas, movimentos indígenas, na Constituinte de 88? Gostaria

mais que você fizesse uma avaliação da Constituição passadas várias décadas.

JPO – É, a movimentação para a Constituinte. Ela foi uma coisa de várias mãos, de várias entidades, várias coisas. OCIMI teve presente, muito, nessas atuações. O CIMI organizou várias caravanas, organizou pressões. Atuou nas comissões parlamentares, levou bispos lá. Foram organizadas muitíssimas comissões indígenas indo ao Congresso Nacional. Acho que várias ONGs também colaboraram nisso. Os Kaiapó eram fregueses de lá, dos corredores do Congresso. Enfim, foi uma coisa muito bonita o período da Constituinte, porque de certa forma para parlamentares que só pensavam, talvez em fazer – os melhores, né? –, em fazer acabar com os resíduos do autoritarismo militar, eles mostraram um Brasil diversificado, um Brasil colorido, um Brasil indígena que a maior parte não tinha a menor idéia do que aquilo era. Então, eu acho que o capítulo da Constituição reflete também isso, uma surpresa. O Congresso Nacional foi meio “tomado de assalto” pelos índios. Não era uma ocupação violenta. Era uma ocupação alegre e exótica, que deixava as pessoas surpresas. E eu acho que isso foi muito importante. Não é que tivesse grandes lobes. Era questão de convencimento mesmo dos parlamentares e até dos funcionários que apoiavam e achavam interessante aquela coisa. Muitos índios iam lá, nem sequer falavam o português. Estavam ali como autômatos levados pelos chefes. Mas era uma coisa interessante. Não era uma coisa artificial, orquestrada, entendeu? Eu acho que isso foi interessante. Naturalmente houve idas e vindas etc., e coisas muito complexas em relação a isso. Não dá para avaliar dentro de um pedacinho de uma conversa. Mas eu acho que a ABA teve uma presença muito importante nesse processo. Enfim, foi uma luta grande que acabou sendo vitoriosa porque o texto constitucional em relação aos índios é bom. Não é bom em relação à reforma agrária, por exemplo. Então, na parte fundiária o texto é um retrocesso, mas a Constituição teve esse lado assim positivo em relação aos indígenas, e ela é uma marca muito importante. E essas marcas são até atualizadas pelo povo brasileiro, por segmentos do povo brasileiro,



sobretudo do povo rural, para abrir espaço dentro da sociedade. Então hoje não há dúvida que uma das válvulas para você obter terra no Brasil é a condição étnica. É você ser indígena ou você ser descendente de quilombo e ou você ser população tradicional. Então essa luta na medida em que as alianças, o conjunto de alianças existentes pelas forças progressistas, nunca tomou de... Nunca foi contra os interesses rurais e contra o latifúndio. É isso que a gente está vendo na continuidade histórica dos governos do PMDB, PSDB, PT hoje. Quer dizer, sempre a grande propriedade no Brasil, o grande capital, estão preservado da mudança democrática. E então dentro desse quadro, obter terra é uma via, via étnica. É, às vezes os recursos não saem através dos ministérios adequados, mas saem através da Fundação Palmares, através de... São lutas por... Em outros contextos poderiam ser reforma agrária, o que não anula, em nenhuma medida, a condição étnica dessas pessoas. É questão de qual é a janela que o Estado abre pra eles. Não quer dizer que a identidade verdadeira deles. Não se coloca a identidade verdadeira, deles. Identidades são sempre coisas que podem ser puxadas de acordo com o contexto.

[...]

JEO – Bom, feito isso, eu queria que você falasse um pouco de como é que você avalia o impacto do seu artigo Uma etnologia dos “índios misturados?”<sup>17</sup>, porque me parece ser de todos os seus trabalhos o mais citado, talvez o que mais marcou, impactou positivamente a Antropologia Brasileira.

JPO – É, não sei. O ponto de vista do autor talvez seja um pouco diferente. Eu acho que talvez é para a Etnologia. É, tenha sido, talvez sim, mas eu acho que não é o trabalho mais citado. Eu acho que talvez o trabalho mais citado que eu tenha, é um trabalho sobre laudos, chamado Os Instrumentos de Bordo<sup>18</sup>. Eu acho que sim, eu não saberia

quantificar. Eu acho que até o artigo Uma etnologia dos “índios misturados?”, como ele foi uma conferência de professor titular feita aqui no Museu, e como na época os editores da Mana me procuraram e falaram assim: “Você quer? Quer publicar na Mana?” E eu logo encaminhei para eles; eles publicaram. Então aqui a gente tem através do SciELO<sup>19</sup> e pode fazer contagem. Efetivamente é um dos artigos mais acessados. Até a última vez que eu vi, ele tinha mais que trinta e quatro mil acessos, o que é uma coisa impressionante considerando o que são os acessos, inclusive da própria revista. Quer dizer, é o artigo mais... Dos docentes daqui do Museu é o artigo que foi mais acessado. É coisa que eu coloco delicadamente para não criar vaidades. Então, mas realmente ele é um trabalho muito acessado em função dessa bibliografia. Agora, o outro eu acho que talvez seja o trabalho... Que eu não teria como dizer qual foi. Mas eu acho que todas as pessoas que fizeram laudos deste de 91, que foi a época do artigo, utilizaram aquilo como espécie de roteiro. Pelo menos as preocupações ou corrigiram. Então eu acho inclusive o pessoal da FUNAI. Foi uma coisa, uma referência muito importante. Eu acho que um outro trabalho também foi muito importante, para a coisa, foi [...] o livro Indigenismo e territorialização<sup>20</sup>. Esse trabalho, ensaio sobre a FUNAI, é um trabalho que foi muito lido, inclusive dentro da FUNAI. Ele foi concebido dentro da FUNAI. Nós fomos convidados numa época, por um presidente da FUNAI, que entrou lá muito rapidamente, a fazer tipo uma consultoria. Ele, não sei por que. Ele tinha muito pouco tempo. Ele não era uma pessoa da área indigenista; convidou para fazer uma pesquisa dando subsídios para modificar a FUNAI. E a gente fez uma proposta,

mentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: SAMPAIO SILVA, Orlando et al. (Org.). *A pericia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis, Editora da UFSC/ABA/Comissão Pró-Índio de São Paulo, pp.115-139. Com a devida autorização do autor e da ABA, a revista Nanduty trás em seu primeiro número uma publicação *fac simile* desse trabalho.

19 Scientific Electronic Library Online (<http://www.scielo.br/>).

20 PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). 1998. *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria.

17 PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1988. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, 4(1): 47-77. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf> (acesso em 19/03/2012).

18 PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1994. Os instru-

então, que eu não queria consultoria. Não queria ganhar dinheiro. Eu queria fazer uma pesquisa sobre a FUNAI. E acesso aos arquivos e acesso livre a conversar com as pessoas. E ele concordou. Então, realmente a gente... Eu na época chamei para me ajudar, porque nós tínhamos pouquíssimo tempo para fazer isso. Ele entrou e ia – estava acabando o governo, né? –, ele ia sair. Então, o Alfredo Wagner. Trabalhamos os dois juntos e alguns dos artigos foram feitos em conjunto e esse material... Reproduzimos uma pilha de coisas. Trouxemos material aos montes da FUNAI e isso foi a origem do projeto de estudo “Terras Indígenas”, que a gente fez aqui no Museu com o financiamento da Fundação Ford. Então, aquele foi um outro trabalho também que eu acho que teve um impacto enorme dentro da área indigenista. Talvez até hoje o pessoal... Criou muitas simpatias, muitas antipatias também, a idéia de que um crítico sempre muito forte da FUNAI. Mas ao mesmo tempo, curiosamente várias pessoas da FUNAI chamaram para que nós fôssemos lá discutir com eles o livro, o relatório. É, essa coisa. Porque eles achavam que era muito duro na crítica, mas que era exatamente aquilo mesmo. E eles citam até hoje isso, desde Apoená Meirelles, Isa Rogedo, enfim, Pacheco [Isa Maria Pacheco Rogedo] e coisa. Uma série de pessoas – André Vilas-Bôas –, todos chegaram e: “É, isso mesmo! Você fez é o retrato duro e real do que é a FUNAI!”. Pode-se discordar um pouco das soluções, do ponto de vista. Vocês adotam o ponto de vista das organizações indígenas, que é o índio quem vai criar uma outra organização. A gente pensa dessa maneira, mas o problema é esse. Então foi um trabalho realmente muito lido e muito estudado. Eu acho que foi uma síntese. Eu me envolvo com assuntos meio polêmicos, então às vezes isso ajuda a que as coisas sejam lidas [risos]. Eu acho que no caso da Etnologia também não foi diferente, porque eu acho que na época era essa Etnologia do Nordeste. As outras áreas eram consideradas muito menores, então o artigo tentou redefinir as coisas.

JEO – E como é que você, pela sua experiência longa, como é que você avalia hoje, digamos, o estado da arte da Etnologia

Indígena no Brasil?

JPO – Olha, eu acho que a Antropologia Brasileira, a Etnologia, são muito boas em termos internacionais. Elas têm uma produção muito respeitada, muita conhecida. Eu acho que as várias vezes que eu saí... É, embora eu acho que eu não sou... Existem alguns antropólogos que vivem mais tempo fora do que aqui. Eu acho que as minhas ações estão muito direcionadas ao Brasil: ensino, pesquisa no Brasil e ação também dentro do Brasil. Mas é eu acho que há muito conhecimento em relação à Antropologia Brasileira, inclusive em relação a essa Antropologia mais histórica ligada ao contato e eu acho que há um reconhecimento interessante em relação a isso. A gente tem visto aqui no Museu Nacional aparecerem muitos estudantes de todos os países do mundo, inclusive da Europa: Itália, França, Inglaterra... Assume coisas para finlandeses, para americanos, para... Agora mesmo quando você chegou tinha um estudante aqui peruano conversando. Enfim, eu acho que é uma referencia importante. A Antropologia Brasileira é boa! Ela teve uma contribuição. Não é boa agora. Ela foi boa na origem, com Darcy, com Roberto Cardoso. Ela foi boa. Ela teve contribuições significativas. Ela continuou no sentido de ter alguns resultados inovadores. Eu acho que, eu não consigo muito... Não caberia fazer uma avaliação de uma outra área de trabalho, dessa qual é a, vamos dizer, a contundência, a eficácia de uma outra área de trabalho. Agora, eu acho que pelo menos dentro desses estudos sobre situação colonial, situações históricas, sobre Antropologia Histórica. A Antropologia Brasileira vem, os antropólogos brasileiros vêm produzindo uma série de coisas muito interessantes, muito originais. E, francamente, é o contrário, quando a gente compara os materiais, as elaborações etc. Aqui as coisas estão muito mais avançadas. Realmente uma dissertação de mestrado, um trabalho de doutorado para ele passar e ele ser considerado um bom trabalho dentro dessa área, é preciso suar. Em outros lugares você vê trabalhos serem aprovados, as pessoas serem consideradas especialistas, e os trabalhos seria muito mais preliminares em termos de informação, em termos de

conclusões. Então, eu acho que os nossos padrões de exigências são altos e a nossa contribuição é grande. É, acho que é isso. Naturalmente há uma limitação aqui dentro do canal pela... Em relação aos nossos vizinhos, que é o uso da língua portuguesa, enquanto os outros já estão todos unificados através do espanhol. Eu acho que é um problema que está se tornando menor. Eu sempre me incorporo à língua do lugar. Então, eu logo me adaptei nas idas à Argentina e à Bolívia [...] a falar o espanhol. Então não é uma coisa que me limite e que eu tenha necessidade de fazer isso. Mas eu vejo nos congressos, até que alguns colegas nossos que vão, fazem as apresentações em português. Elas são seguidas com muita atenção e são compreendidas! Então, eu acho que há uma tendência crescente a valorizar o português, a entender. Porque a produção brasileira é importante. Eles têm que ler o livro porque eles querem teorias. Depois essa revista Mana, eu tenho ouvido em todos os lugares pedidos mesmo que a revista fosse circulada por via eletrônica, versão espanhola etc. Têm tido muito pedido nessa direção. E eu acho que é uma coisa para a gente estar considerando até. Porque eu sou o editor ainda dela e aí seria uma coisa interessante. Mas ainda não temos recurso para fazer isso. Então, eu acho que é por aí.

JEO – E em relação ao papel da CAI, sobretudo nos inúmeros casos de violação de direitos dos povos indígenas?

JPO – Pois é, a CAI. A ABA é uma associação científica. Não é uma ONG, não é um organismo do governo, não é um sindicato. Então isso a gente tem que dizer a cada momento. No momento, nessa reunião com a FUNAI, que eles resolveram desancar os antropólogos, e falar mal dos antropólogos que receberam e entregaram o material, a nossa decisão foi o seguinte: “Olha, a ABA não é um sindicato. Nós estamos aqui representando os nossos associados. Nós estamos aqui discutindo política indigenista e a ação que a FUNAI está fazendo junto com a um dos grupos, Guarani. É isso que nós estamos fazendo! Então vocês estão equivocados em relação à isso!” Quer dizer, nós não indicamos os coordenadores

de GT, porque a FUNAI nunca nos pediu que indicasse ninguém, com exceção do caso dali porque era uma arapuca que eles armaram pra ABA. Com exceção daquele caso, a FUNAI jamais pediu. E a resposta que a ABA deu para eles foi ainda usada de modo absolutamente ilegítimo, como se ABA tivesse feito uma fofoca, como se... Porque houve circulação nas redes da Internet, dizendo que a ABA não indicou os antropólogos que estavam lá. Então, era uma coisa. Realmente a ABA não indicou e fez uma carta dizendo que não poderia indicar porque não existia um convênio como existe com a Procuradoria, no sentido de indicação regular. Então, nós estranhávamos que a FUNAI tivesse pedindo uma indicação, porque não existe um instrumento de relação e não houve pedidos anteriores. Então é de se estranhar, não é? Mas nós dissemos que todos os nomes elencados eram qualificados etc., para o período. Nada a indicar. Então, nossa resposta foi legítima. [...] E até... Só que quem leu o negócio... [...] Nós estamos dizendo que se for estabelecido um termo de articulação, nós podemos colaborar e indicar pessoas, sim. A ABA não tem medo de indicar antropólogos, porque ela indica pessoas boas. Então, não se indica uma pessoa, [...], não se indica uma pessoa com problemas. Você vê, cada vez uma indicação, né? Até se o cara não trabalhou com aquela área, a preocupação que tem, mas ele vai ter capacidade. Ou se é um pesquisador novo. Se ele resiste a pressões etc. Então, a ABA tem um maior critério ao indicar pessoas e teria, também, a indicar coordenadores de grupo de trabalho. Acontece que nunca houve esse pedido. Então, na conversa com o Márcio [Meira], o Márcio achou ótimo: “Pô, mas seria maravilhoso se a FUNAI fizesse. Se a FUNAI tivesse essa cooperação da ABA”. Talvez isso seja só conversa formal. Na realidade, eles queriam continuar a escolher de outra maneira, através de outros processos. Agora [...], lá dentro pegaram aquilo só pra fofocar e dizer que a ABA, então, não tava... Nem nas redes sociais; rede que correu era isso. Era coisa [...] dizendo: “Não, a gente não entende porque a ABA não indicou as pessoas. E depois a ABA avalizou o relatório, dizendo que o relatório estava consistente.

Defendeu o relatório.” Entendeu? Para mostrar a contradição. Não tinha contradição nenhuma, não é? Não houve contradição. Acontece que a ABA não... É, bom, enfim, voltando: a ABA é uma associação científica. A finalidade dela é – vamos dizer – ter efeitos importantes sobre a difusão da Antropologia dentro da sociedade, a melhora do ensino da Antropologia, a melhora da pesquisa e contribuir também para a sociedade democrática, igualitária etc. Então, eu acho que entre essas atribuições que o antropólogo enxerga como parte do seu métier, está também o bem-estar, o reconhecimento dos direitos dos índios. E isso já vem de 30 anos que a ABA tem feito isso. Aliás, tem feito desde sua fundação. Nas manifestações com Darcy, com Roberto, com Galvão etc. Eles já estavam preocupados com a preservação dos índios, do bem-estar dos índios, e não só com a pesquisa no sentido isolado. Então, ela tem essa linha de continuidade. Agora, é claro que ela não pode ter nem eficácia, nem time, nem a capacidade, a continuidade de ações que tem uma ONG. Nós não temos quadro pra isso. Quer dizer, eu recebo uma informação dessa natureza – eu como coordenador, com as centenas de atividades que eu tenho como professor titular do Museu e em outros lugares etc. –, eu tenho que preparar notas. Eu tenho que sair para as redes para fazer uma coisa que é absurda. Não tem nenhuma estrutura. Ela não é uma ONG. Um diretor de uma ONG é um pós. Realmente, ele tem gente lá: advogados, antropólogos, sociólogos que escrevem etc. Não! Eu tenho que pegar o telefone, e se eu preciso indicar alguém, falar com o Jorge [Eremitas de Oliveira], vendo que o Jorge tenha ido assistir o jogo do Vasco não sei em que cidade distante e ninguém consiga localizar ele, né? [risos]. Mas eu tenho que ligar para o Jorge, eu tenho que ligar para a Alexandra [Barbosa da Silva], tenho que ligar para o Levi [Marques Pereira] etc. Para saber alguma coisa, entendeu? Porque, não tem. Quer dizer, usar a rede dos colegas. Agora, tudo isso é uma coisa que têm horas que a gente consegue, têm outras que não consegue no mesmo ritmo. Então, a eficácia da ABA, ela tem que ser um pouco otimizada. E às vezes a gente vê uns colegas, principalmente

de outras áreas, com umas posições absurdas em relação à ABA, entendeu? Assim, tipo, como se nós tivéssemos uma infraestrutura. Saiu uma manifestação, sei lá. D..., não sei o que. Escreve artigos idiotas.

JEO – Lá do Rio Grande do Sul?

JPO – Não é? Aí, a gente tem que responder a cada um artigo daquele. A uma imbecilidade que foi produzida por aquele sujeito, ou por outros que têm. “A ABA tem que responder!” Então, eu vou fazer o que? Ao invés de produzir o meu trabalho de antropólogo, vou estar respondendo a um cretino, um vendido, uma coisa sem maior... Não é a função da ABA. Então, a ABA é importante. Os presidentes da ABA sempre tiveram essa consciência. Nós não estamos para aquele dia-a-dia político, nem para uma questão de rebater ou discutir, ou fazer denúncias, coisas assim. A gente faz algumas vezes, e encaminha as denúncias lá para o Ministério, à Secretaria de Direitos Humanos. Até – e no caso de Belo Monte – a instâncias internacionais. No caso Guarani também vai nessa direção. Agora, a gente não tem instrumentos de ação, não temos advogados, por exemplo. No caso da Veja<sup>21</sup>, fui eu. Recomendei que houvesse uma ação contra a Veja, no sentido de qualificar. Pelo meu artigo, ele desmonta tudo aquilo. A nota que foi feita. É uma quadrilha realmente envolvida, envolvendo comunicadores, advogados etc. São caras profissionais que agem e recebem para fazer essas coisas contra os índios, não é? Então, a gente tem que acionar judicialmente essas pessoas. Mas a ABA não tem estrutura pra

21 Trata-se da matéria intitulada “A farra da antropologia oportunista”, publicada em *Veja*, ano 43, nº. 18, de 05/05/2010, disponível em <http://veja.abril.com.br/050510/farra-antropologia-oportunista-p-154.shtml> (acesso em 20/03/2012). Em resposta ao conteúdo da reportagem, a CAI/ABA produziu nota exigindo dos editores da revista que publicassem matéria em desagravo pelo desrespeito generalizado aos profissionais e acadêmicos da área. A resposta foi intitulada “Nota da Diretoria da ABA sobre matéria publicada pela revista *Veja*”, disponível em <http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/NotaDiretoriaABAMatPublicadaRevVeja.pdf> (acesso em 20/03/2012). A nota foi divulgada em vários meios de comunicação, como no *Jornal da Ciência*, órgão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, disponível em <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=70689> (acesso em 20/03/2012).

isso. Pagar um advogado é muito caro, não é? Em outros momentos até entramos uma vez, não sei como, em ação, combinado com a OAB, porque você pega um nome da OAB que vai indicar. Mas não podemos entrar em um escritório, dentro do cara, e contratar. Com que dinheiro? Com dinheiro dos associados? Não tem verba para isso. Então é uma coisa incrível. A situação é de fragilidade muito grande. A entidade consegue fazer grandes “estragos” e, na realidade, a estrutura é deste tamaninho. É uma pessoa que tem uma responsabilidade e que atua ligado ao presidente. E sei lá, um secretário que tem como função fazer, sei lá, coisa com dois mil, três mil associados. É uma situação muito precária. Não é uma estrutura. E a ideia também não é também de criar uma profissionalização como ONG, entendeu? A ideia é manter essa coisa. É uma coordenação de antropólogos, uma articulação de antropólogos. Quer dizer, o que o antropólogo vai dizer, o que eu posso dizer como presidente da ABA é o que eu vou pegar com você, com o Jorge, com o Levi, com o Fabio [Mura], com não sei o que. É isso, entendeu? Nós não podemos fazer nada. As nossas observações vêm dali. Se for o caso de Ticuna, eu posso falar. Agora, em outras não. Quer dizer, em um caso eu posso falar, em outros eu dependo que os colegas me mandem. E às vezes as reações são muito lentas também. Às vezes você sente isso, porque naturalmente quem está agindo até a ordem de eficácia é um pouco diferente. Você vai investir, sei lá, numa ação de... Com outros meios ou numa ação só da ABA. Então eu acho que têm essas limitações. A gente faz um pouco das notas de protestos, as notas vão para as autoridades, vão para o site etc. É um pouco inócuo? É, mas é um registro que a gente pode fazer, entendeu?

JEO – Esse foi o caso de Belo Monte?

JPO – É o caso de Belo Monte. Eu acho que esta gestão atual da ABA, com a professora Bela Bianco [2010-2012], ela tem uma visão bem mais proativa que outras gestões anteriores. Nos dois casos mais graves existentes, caso do Belo Monte e esse caso Guarani, que são os dois que eu reputo. Houve uma mobilização direta da diretoria.

A gente pagou o deslocamento do Tônico [Benites] para a área, com os recursos da ABA, com os recursos dos associados. É uma passagem, não é uma coisa. Então, eu acho que é uma sensibilidade a tentar mobilizar. No caso de Belo Monte, sentimos uma reação quase como uma parede na nossa frente. Uma dificuldade muito grande de... Até alguns interlocutores para ouvir podiam aparecer, mas responder não, porque parece que a posição do governo era totalmente fechada. Eu acho que quanto ao caso Guarani, foi o resultado dessa ida lá, que eu estou para fazer uma nota aí sobre isso para ir para o site da ABA, mas eu vou ter que acondicionar o meu tempo em defesas de tese, de aula e de não sei o que. Porque eu não posso fazer agora, que estou te dizendo. Estamos conversando. Foi o resultado bem diferente e mais interessante. Eu acho que não é a mesma postura do governo em relação a Belo Monte, em relação ao caso Guarani. Eu acho que há mais sensibilidade. Há uma pressão enorme do outro lado etc. Mas há dentro desse governo gente que tem uma história de um envolvimento com causas populares, com movimentos populares, e que se mobilizam mais facilmente em relação a isso do que eu acho que em relação ao caso de Belo Monte.

JEO. E como é que você avalia a situação das terras indígenas no Brasil? Tivemos a decisão do STF para a Raposa Serra do Sol e agora parece que Mato Grosso do Sul é o estado em que há o maior foco de tensões por conta dessa questão, especialmente para os Kaiowá e Guarani?

JPO – É, eu acho que hoje a situação variou muito no correr dos anos, das décadas. Eu acho que partir de 92 e até o final do ano 2000, as grandes áreas indígenas foram demarcadas. De alguma forma foram protegidas. Então, eu acho que em termos de números, vamos dizer, a ação indigenista chegou muito próxima do universo das demandas indígenas. Agora, existem nessa diferença que ainda existe, existem coisas muitíssimas importantes, como o caso Guarani, como muitos outros casos ainda. Mato Grosso até tem caso Xavante lá: Maraiwatsede, uma área terrível, com conflito enorme. Existem

as áreas do Nordeste, as áreas do Sul do Brasil, que ainda estão sem resolução. Não são áreas talvez com... Quer dizer, isso não vai mexer muito com a estatística em termos do número de terras indígenas. Você não vai ter nenhuma área como Yanomami ou Parque do Javari, com oito milhões de hectares, para mexer com essa conta. Mas em termos de atendimento real, de instrumentalização de uma assistência e de uma vida correta para essas populações, essas ações são fundamentais. E passam pela terra em todos esses casos, inclusive no Nordeste com coisas de uma dramaticidade impressionante. Então, essas ações precisam ser executadas e estão cada dia mais difícil. Eu acho que está tramitando no Congresso Nacional uma PEC 215, que é para transferir as responsabilidades do processo demarcatório da União, da FUNAI, para o Congresso Nacional<sup>22</sup>. Então, significaria que nenhuma área indígena se demarca sem a aprovação do Congresso, como se fosse um projeto de lei. Quer dizer, então é o que... Não passa a ser um problema de viabilização de direitos dos índios. Passa a ser uma negociação em relação aos direitos dos índios. Vai depender das bancadas, dos órgãos etc. Do que os índios conseguir fazer junto à mídia a seu favor, enfim. Vai ser enquanto o processo atual envolve isso também, mas tem um lado técnico fundamental, que é o trabalho antropológico, a identificação das áreas reconhecidas, enfim. Eu acho que seria um avanço, assim, jogado no lixo. E o risco enorme em relação a isso, eu acho. O motivador pelo que eu ouvi em Brasília é o Mato Grosso do Sul, mais do que o Nordeste, porque os interesses lá são mais visceralmente contra. Mas não é só, também, isso. Não pensem que é só o Mato Grosso do Sul. As áreas do Nordeste estão envolvendo

22 A proposta da PEC – Proposta de Emenda à Constituição nº. 215/2000 é a seguinte: “Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal”. Está assim explicada: “Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei”. Maiores informações sobre sua tramitação no Congresso Federal estão disponíveis em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562> (acesso em 20/03/2012).

muitos empreendimentos: portos, turismo, condomínios, principalmente essas áreas de litoral. E quase todo lugar no litoral do Nordeste tem índio ou quilombola. E essas populações estão sendo expulsas por grandes empreendimentos, por governos que não necessariamente são de direita. Aliás, têm poucos governos de direita, manifesto aqui. O DEM só tem no Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Os outros são PT, PSB e outras soluções aí. Mas a política prossegue de abrir para grandes empreendimentos, e não têm muita sensibilidade para os produtores de recursos, os ocupantes diretos.

JEO. Isso passa também pelas demandas que existam aí para as comunidades indígenas e mesmo quilombolas, mas vivem em contextos urbanos ou mais próximos?

JPO – É, acho que sim. Mas a questão urbana é muito complexa. Eu acho que ela ainda é uma questão a ser abordada. Eu acho que, digamos, o indigenismo brasileiro... Nós ainda estamos em um universo de tentar romper com a tutela. E esse é o nosso universo. Eu acho que chegar a pensar o índio até em contexto urbano, talvez já seja um outro contexto, não é? O momento em que você chega e você quer, simplesmente, dizer que você... Sei lá? É descendente de Bororo! Você quer marcar isso. É importante para você. Você quer botar ao lado do seu nome. Você quer botar mato-grossense etc., casado, não sei o que. E Bororo, ou descendente, enfim. Este tipo de liberdade precisa ser criada em algum momento. Agora, por esse momento, que é da história brasileira, eu ainda imagino que tudo passa pela questão da terra. Ainda o centro é a questão da terra. E o centro é romper com a condição de marginalização que o Estado criou. Essa ideia de que... É como que de certa maneira – você vê, né? –, o Estado sempre excluiu o povo. Sempre o considerou nessa margem. Quer dizer, o Estado representa a civilização branca, católica. E depois também não é só católica. Começa a ser evangélica, presbiteriana, filhos budistas etc. Mas é uma civilização branca, e que não tem nada haver com a “escória”, com o povo, com aquela coisa. É como se algumas lutas sociais nos últimos trinta anos – a

Constituição, alguns avanços importantes –, criassem um pouco uma área de respiração para esses “condenados da terra”, essa população. E os índios entram dentro disso, os quilombos, as populações tradicionais, para ver como que é que eles conseguem escapar desse mecanismo repressor de dominação, de marginalização etc. Eu acho que em certa medida têm escapado. Então, é um pouco o rumo da sociedade em que a gente vive. O ideal, o desafio, também, não vai ter limites possíveis para resolver os problemas da população brasileira, da reforma agrária, da marginalização, através de mecanismos étnicos ou mecanismos de outra natureza. Em algum momento precisa ter políticas voltadas para aquelas pessoas, independente da cor, da etnia etc. Precisa ter. Então eu acho que é o momento que precisa ser vencido, mas enquanto esse momento não aparece... Enquanto não aparece alguém que bote uma plataforma eleitoral – “Vou fazer reforma agrária!” – e se eleja. As pessoas que assumem, assumem com outros compromissos, com ruralistas, com outros interesses. Então, a única coisa são as migalhas, as coisas paralelas dadas para essas populações que se mobilizam. Eu acho que é o retrato que a gente tem desse sistema, assim. Quer dizer, é um sistema pior do que existia? Não. Eu acho que não porque tem algumas brechas. Agora, acho que ele não tem viabilidade. Ninguém vai segurar essa “bomba” aos limites. As áreas indígenas – tá legal! – já estão relativamente contempladas. Mato Grosso do Sul provavelmente vai mexer um pouco com a contabilidade das terras indígenas, talvez. São áreas mais extensas. No Nordeste não vai mexer muito. Se resolver não vai. Outras áreas também não. Mas de qualquer maneira é uma solução. Agora, os quilombos, por exemplo, são uma coisa enorme dentro do Brasil. Em qualquer lugar – você vê – onde se fala de quinhentos, se fala de cinco mil, se fala de dois mil, não é? Quer dizer, é uma coisa muito mais difícil. Em termos de Amazônia, as populações tradicionais. Dentro do rótulo população tradicional, eventualmente pode ter que colocar quase tudo dentro dessas populações. Então como é que vai ser? Eu acho que se for levado

mais adiante esse processo, ele vai acabar criando uma coisa de grandíssima dimensão. E eu acho que, quer dizer, são aí os desafios para o futuro, para coisas, para aqueles políticos futuros. Mas eu acho que agora, para a questão indígena é essa PEC aí que está sendo colocada como o terror, a ameaça. Inclusive porque nada garante, por exemplo, que o entendimento do Supremo, do não sei o que, não venha fazer coisas retrospectivas. Avaliar que precisa se repensar processos. O próprio processo Guarani, eu cheguei a perguntar explicitamente para o presidente da FUNAI: “Se essa PEC for aprovada, vai ter que começar o processo de novo?” Acho que vai porque se a FUNAI não é o lugar para fazer isso, se os antropólogos não são os que têm que fazer a definição de terra indígena... Se é o Congresso? Até o Congresso criar uma competência, uma assessoria antropológica, botando sabe lá quem lá dentro. Até ele ter capacidade operacional para fazer demarcação, muito tempo vai passar. E aí, será que eles vão refazer tudo isso? Então, a situação é de uma ameaça muito grande. As expectativas de algumas pessoas na área do Congresso são as piores possíveis.

JEO – Você poderia falar para nós sobre os seus projetos, trabalhos mais recentes, como é o caso do seu livro *A presença indígena no Nordeste*?<sup>23</sup>

JPO – Olha, eu estou envolvido desde alguns anos nesse trabalho, vamos dizer, de publicização da questão indígena no Nordeste. Quer dizer, de derrubar alguns preconceitos, derrubar uma visão de que o índio na medida em que absolve qualquer padrão da língua portuguesa, da cultura branca, ele deixa de ser índio. Então, esse tipo de situação, que é muito forte dentro do Nordeste – e que é forte dentro da agência indigenista também –, explica um pouco da morosidade em relação às demandas do Nordeste dentro das áreas, dentro do trafegar na FUNAI. Eu acho que isso tem sido objeto de preocupação minha, dos estudantes daqui do Museu, de teses feitas. O primeiro livro, *A viagem de volta*<sup>24</sup>, reunia uns dez artigos,

23 PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). 2011. *A presença indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro, Conta Capa.

24 PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). 1999. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural*

a maioria deles de teses ou dissertações de mestrado daqui do Museu. Eu acho que depois disso se ampliou bastante. Acho que hoje não é mais assim. Têm uns poucos estudantes aqui trabalhando com o Nordeste. A maior parte dos que estão estudando o Nordeste, já estão nas unidades regionais, já estão em Campina Grande, Natal, Pernambuco, Bahia, enfim, já trabalham lá, dentro dessas áreas. E eu acho que, de certa forma, a nossa mobilização foi um pouco para dar, através do livro, subsídios para, vamos dizer, novos enfoques, novas formas de pensar o indígena e inserindo esse indígena na história. Então, por isso que este livro tão complicado, tão difícil de fazer, com mais de vinte autores, procura dar conta aí, da presença indígena dentro do Nordeste. Eu acho que esse, de certa forma esse desafio, poderia ser aplicado a outras regiões do Brasil, porque acho que a história do Brasil tem sido muito mal contada, principalmente a partir do preconceito que os pesquisadores têm. E naturalmente têm porque o pesquisador não é alguém imune aos preconceitos de classe, de idade, de região etc., mas enfim. E a história do Brasil precisa ser contada na perspectiva mais próxima dos índios. Quer dizer, os índios precisam ser considerados como atores sociais, locais, que ajudaram a construir o Brasil, ocuparam o interior. Eles foram os que construíram os fortes, as igrejas, as cidades, os que andaram nas trilhas abrindo o país, os que fizeram os campos de gado, os que ganharam a Guerra do Paraguai contra outros índios. E os índios estão em todo o lugar, mas eles estão sempre recusados dentro da história. E se está sempre se trabalhando com coisas genéricas, identidades genéricas que seriam supostamente portuguesas ou africanas etc. Enquanto, de fato, os índios são dissolventes de tudo isso, dentro da sociedade nacional. Eles são aquela parte das famílias que se desaparecem. E você só vai ter origem, ter conhecimento, quando você vai empreender uma busca específica. Eles deixam de existir. Então, é uma forma muito mais suave e, ao mesmo tempo, muito mais perigosa para, do ponto de vista da formação do Brasil, para se recuperar. Mais difícil de recuperar. Eu acho

que é esse o desafio que se tem: sair de uma visão muito polarizada de Brasil, com ideias de índios, quer dizer, uma ideia pobre como esse mapa aí da FUNAI: os índios estão ali, naquelas ilhas. Eu acho que o mapa do Brasil não é isso. O mapa do Brasil teria que ter os índios que aparecem em todos os municípios, em todos os lugares que vão espocar aí, que vão reclamar da terra, ou vão reclamar assistência, ou vão reclamar a identidade. Enfim, o Brasil não foi objeto. Isso aí é uma visão militar da conquista, quer dizer, como se você fosse conquistando com o exército alguma coisa. A ocupação do Brasil não foi feita por um exército. Ela foi feita por bandeirantes, por mamelucos, por gente que infiltrou nas famílias, capturou os índios, envolveu as lideranças. Então, a história é completamente... Não é um exército que vai empurrando para a faixa de floresta, onde eles permanecem. É o caso do Xingu. Um caso natural, pelos formadores do rio Xingu etc. Lá não é o caso das outras regiões. Então, você tem... Os índios não estão apenas nas terras indígenas, os índios estão em muitos outros lugares. Em que forma de presença, em que forma de atendimento você vai dar a essas populações, que têm nomes diferentes, têm características diferentes de acordo com a região, têm propostas de cidadania diferente. Enfim, o Brasil não pode ser pensado em modelo único, não. Eu acho que o antropólogo historiador tem uma tarefa enorme a cumprir, das muitas caras do Brasil, e recuperar um pouco dessas muitas caras do Brasil.

JEO – Eu queria que você finalizasse a nossa entrevista. O que você deixaria de mensagem para os colegas antropólogos, principalmente os mais novos, e historiadores também, que acompanham a sua produção intelectual e se posicionam em defesa dos direitos de povos e comunidades tradicionais, tanto no Brasil como em outros países da América Latina?

JPO – Olha, eu acho que há um terreno muito grande a ser conquistado do ponto de vista de conhecimento. Eu acho que se vive um momento muito importante dentro da Antropologia, dentro da História, dentro de várias outras áreas do conhecimento. Acho que os anos 80 não foram revolucionários



somente na Antropologia. Foram em várias outras disciplinas. Eu acho que hoje se pensa na Arqueologia, inclusive, em que se descolonizaram muitas práticas e se procura pensar em outras formas de produção científica. Outros compromissos do pesquisador com os objetos pesquisados, outras atenções em relação ao uso dos nossos produtos, que não nossos no sentido de: “Eu fiz isso. Ele é meu, eu estudei. Sou dono disso, posso vender do jeito que quiser”. Não, não entendo assim. Nossos produtos não são assim. Nós não podemos vender. Eles são produtos que foram produzidos em conjunto com os índios. Eles são donos daquilo. Há uma co-propriedade em relação àquilo. Não pode ser utilizada contra eles. Então, eu acho que há um continente novo em relação ao fazer da ciência. Vai ser uma outra ciência, uma outra Antropologia, uma outra História, uma outra Geografia. E vão produzir elementos novos, talvez até vão operar mais sintonizadas. Vão operar mais articuladas enquanto ciências e não tão díspares, e tão competitivas e isoladas. Eu acho que esse é um desafio importante. E eu acho – como eu acredito muito nas exortações, mas eu acho que também é bom no sentido de realidade –, eu termino da mesma forma que como eu disse ontem. Quer dizer, para os jovens eles terem ideia de que talvez alguns ganhos eles podem fazer adotando essas posturas tradicionais, coloniais etc. Talvez eles podem conseguir algum reconhecimento em certos lugares, em certos nichos etc., mas o movimento caminha nessa direção. E se eles não seguirem por essa linha nova que está sendo aberta. Se eles não quiserem fazer uma ciência nova, uma ciência dialógica, uma ciência de outra natureza, pensada sobre moldes diferentes, eu acho que eles vão ser atropelados pelos índios, pelos intelectuais indígenas, pelo movimento da sociedade e pelas demandas sociais. Eu acho que atrás de nós existem, atrás de cada um de nós, e da nossa lealdade com os indígenas, existem pessoas que nos ensinaram coisas. Pessoas mesmo, famílias. São essas pessoas a que nós devemos, na qualidade de gênero humano, iguais a eles, lealdade. Eu acho que essas pessoas, seus filhos, seus netos, estão empurrando aí, a que

a nova geração assuma posições. E isso vai ser cobrado por cada vez mais, mais cuidado. Eu acho que não há caminho de volta. Eu acho que tem que ir ao caminho, seguindo. E é claro que até os desafios são muito grandes e muito interessantes para quem está dentro, iniciando a vida profissional, ou quem está buscando objetos de pesquisa, objetos de trabalho, objetos para dar direção à vida. Eu acho que há tanta coisa aí dentro que a questão é se sintonizar um pouco com esses problemas em vários lugares. E são muitíssimos em cada área indígena, em cada área do Brasil, que pode ser refletido e pode ser objeto de uma ação intelectual bastante importante e inovadora. É isso aí!

JEO – João, a gente agradece a entrevista. Vamos fazer a transcrição dela.